



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Nova Marilândia

CONTRATO Nº 038/2017

Contrato de execução de obras e serviços que fazem entre si de um lado o Município de NOVA MARILÂNDIA e do outro lado a empresa: JM MINERADORA E CONSTRUTORA LTDA - ME

O **MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA**, Estado de Mato Grosso, com sede administrativa na Avenida Tiradentes, nº329, Centro, NOVA MARILÂNDIA – MT, inscrita no CNPJ-37.464.989/0001-02, neste ato representada pelo Prefeito Municipal **Sr. Juvenal Alexandre da Silva**, brasileiro, casado, pecuarista, portador da RG: 3.141.561-6 SSP/MT, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE** e a empresa **CONTRATANTE** e a empresa **JM MINERADORA E CONSTRUTORA LTDA - ME**, inscrita no CNPJ: 10.428.032/0001-46, situada na Rua 401, Setor 04, Quadra 130 Tijucal Cuiabá - MT, CEP 78.088-417, neste ato representada pelo seu proprietário o Sr. **GEZY MARIO BISPO RAMOS**, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF 315.468.461-15 e RG 428462, residente na Rua Tangará, 133, Bairro Centro – Santo Afonso -MT, CEP 78.425-000, doravante denominado simplesmente **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato de execução de obra e serviços, decorrente do **Processo Administrativo 021/2017** e da **Carta Convite 004/2017**, que se regerá pelas normas da Lei 8.666/93 e legislações complementares e pelas cláusulas seguintes.

1.0 - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E FORMA DE EXECUÇÃO

1.1 - O objeto deste contrato é a execução pela CONTRATADA, sob regime de execução de empreitada por preço global da obra visando a **CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS NA REFORMA DE PONTE DE MADEIRA SOBRE O RIO SÃO FRANCISCO DE PAULA, RIO SUCURI E DRENAGEM PARA TRANSPOSIÇÃO DE TALVEGUES NO ASSENTAMENTO POMPEIA (BUEIRO SIMPLES TUBULAR DE CONCRETO DN=1.00m) NO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA - MT**, com a Proposta de Preços apresentada pela CONTRATADA, contendo todos os seus anexos, os quais fazem parte integrante deste contrato independentemente de sua transcrição.

1.2 - A CONTRATADA obriga-se a executar os serviços objeto deste contrato de acordo com as prescrições e critérios técnicos vigentes, bem como, a empregar, exclusivamente, materiais de primeira qualidade, obrigando-se ainda:

1.2.1 - Observar e cumprir às normas, recomendações, e a orientações da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.

1.2.2 - Responsabilizarem-se por dispêndios resultante de impostos, taxas, regulamentos e posturas Municipais, Estaduais e Federais, atuais ou não, sem qualquer direito regressivo em relação à CONTRATANTE.

1.2.3 - Regularizar perante o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA - MT, e outros órgãos, este contrato conforme determina a Lei nº. 5.194 de 21.12.66,





Estado de Mato Grosso Prefeitura Municipal de Nova Marilândia

resolução do CONFEA nº. 104 de 22.05.70, bem como junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

1.2.4 - A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços que se verificarem defeituosos ou incorretos, resultantes da execução ou dos materiais empregados na obra.

1.2.5 - Ao término dos serviços os locais deverão apresentar-se limpos e desimpedidos.

2.0 - CLÁUSULA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO, FORMA DE EXECUÇÃO E DO SEU REGIME

2.1 - A fiscalização de todas as fases dos serviços será feita por Engenheiro civil designado pelo CONTRATANTE. 2.2 - A forma de execução é indireta e o regime é de empreitada por preço global.

2.3 - A CONTRATADA não poderá, sem prévia anuência da CONTRATANTE, transferir a terceiros, no todo ou em parte, a execução do objeto deste contrato, sob pena de inadimplemento contratual com as conseqüências previstas na Cláusula Décima.

2.4 - O livro Diário de Obra deverá ser numerado e estar à disposição no local da obra, sendo que, a sua manutenção, aquisição e guarda é de inteira responsabilidade da CONTRATADA, a qual deverá entregar periodicamente, cópia devida ao Engenheiro civil Fiscal do CONTRATANTE, responsável pela Fiscalização, ou a terceiros contratados pela Administração para esse fim.

2.5 - As observações, dúvidas e questionamentos técnicos que porventura surgirem sobre a realização dos trabalhos da CONTRATADA, deverá ser anotado e assinado pela Fiscalização no Diário de Obra, e, aquela se obriga a dar ciência dessas anotações no próprio Livro, através de assinatura de seu engenheiro Civil responsável técnico.

2.6 - Além das anotações obrigatórias sobre serviços em andamento, a CONTRATADA deverá recorrer ao Diário de Obra sempre que surgirem imprevistos decorrentes de acidentes ou condições especiais. Neste caso também é imprescindível a assinatura de ambas as partes no livro, como formalização de concordância com o assunto relatado.

2.7 - Serão obrigatoriamente registrados no Diário de Obra:

2.7.1. Pela CONTRATADA:

2.7.1.1 - Condições meteorológicas prejudiciais ao andamento do trabalho; 2.7.1.2 - Falhas nos serviços de terceiros não sujeitas à sua ingerência; 2.7.1.3 - As consultas à fiscalização; 2.7.1.4 - As datas de conclusão de etapas caracterizadas de acordo com o cronograma; 2.7.1.5 - Acidentes ocorridos no trabalho; 2.7.1.6 - Respostas às interpelações da Fiscalização; 2.7.1.7 - A eventual escassez de material que resulte em dificuldades para execução da obra ou serviço; 2.7.1.8 - Outros fatos que a juízo da CONTRATADA, deverão ser objeto de registro.

2.7.2. Pelo CONTRATANTE através de sua Fiscalização





Estado de Mato Grosso Prefeitura Municipal de Nova Marilândia

2.7.2.1 - Juízo formado sobre o andamento da obra ou serviço, tendo em vista os projetos, especificações, prazos e cronogramas; 2.7.2.2 - Solução às consultas lançadas ou formuladas pela CONTRATADA, no "Diário de Obra"; 2.7.2.3 - Restrições que lhe pareçam cabíveis a respeito do andamento dos trabalhos e do desempenho da empreiteira a sua Equipe; 2.7.2.4 - Determinação de providências para o cumprimento dos projetos, especificações e segurança das obras; 2.7.2.5 - Outros fatos ou observações cujo registro se torne conveniente ao trabalho da fiscalização.

3.0 - CLÁUSULA TERCEIRA - DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS 3.1. Efetuada a última medição e cumprido o disposto na Cláusula Primeira, a CONTRATADA deverá solicitar por escrito ao CONTRATANTE, a emissão do Certificado de Recebimento Provisório da Obra.

3.2. Verificada a perfeita execução dos serviços, o CONTRATANTE, através da Comissão de Fiscalização designada para esta obra, emitirá o Certificado de Recebimento Provisório da Obra, devidamente assinada pelas partes.

3.3. **O RECEBIMENTO DEFINITIVO** da obra será feito após decorridos **10 (dez)** dias do recebimento provisório mediante Certificado do Recebimento Definitivo da Obra assinada pela parte e requerido pela CONTRATADA.

3.4. A **CONTRATADA** será responsável pela reparação da obra executada, **durante 90 (noventa) dias** consecutivos, contados da data do recebimento provisório dos serviços, a partir desta data, a obra será considerada recebida definitivamente, respondendo, ainda, todavia, pela solidez e garantia da mesma, na forma do Art. 1245 do Código Civil Brasileiro.

4.0 - CLÁUSULA QUARTA - VALOR DO CONTRATO E FORMA DE PAGAMENTO

4.1. Pela execução dos serviços, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância no **LOTE 01 – REFORMA DA PONTE DO RIO SÃO FRANCISCO DE PAULA**, no valor de **R\$ 110.984,48 (cento e dez mil novecentos e oitenta e quatro reais e quarenta e oito centavos)**. Para o **LOTE 02 – REFORMA DA PONTE DO RIO SUCURI**, no valor de **R\$ 59.670,51 (cinquenta e nove mil seiscientos e setenta reais e cinquenta e um centavos)**. E para o **LOTE 03 – DRENAGEM NO ASSENTAMENTO POMPEIA** no valor de **R\$ 14.234,99 (quatorze mil duzentos e trinta e quatro reais e noventa e nove centavos)**, a serem pagos como abaixo especificado, mediante medição aprovada;

4.2. Nos preços estão incluídas todas as despesas pertinentes à execução da obra e serviços, tais como: materiais, transporte, equipamentos, sondagens, mão-de-obra especializada ou não, encargos fiscais, trabalhistas, leis sociais, previdenciários e de segurança do trabalho, ferramentas, seguros, todos os tributos incidentes e demais encargos, inclusive benefícios, taxa de administração e lucro, enfim todos os custos diretos e indiretos, mesmo os não especificados, necessários à execução completa da obra.

4.2.1. O CONTRATANTE designará uma Comissão de Medição, composta por três membros, sendo o Engenheiro civil Fiscal da Obra, que, juntamente com o representante da CONTRATADA, farão a medição.





Estado de Mato Grosso Prefeitura Municipal de Nova Marilândia

4.2.2. O valor da medição será obtido mediante a aplicação da quantidade de serviços efetivamente executados vezes os preços unitários constantes da planilha apresentada pela CONTRATADA.

4.2.3. Uma vez realizada a medição devidamente assinada, datada e acompanhada do Relatório da Comissão de Medição, deverá ser anexada ao processo, juntamente com o de reajustamento, quando for o caso, até o 3º (terceiro) dia útil após a data da medição.

4.2.4 - Os pagamentos serão realizados mediante a aprovação das medições e atestadas por engenheiro da CONTRATANTE, e apresentação da correspondente fatura.

4.3 - Em havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, conforme Artigo 65, Lei nº. 8.666/93.4.4 – Dada a Ordem de Serviço pelo CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá receber uma medição de **até 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato** a Título de Mobilização de Equipamentos e Montagem de Canteiro de Obra.

5.0 - CLÁUSULA QUINTA - PRAZO E PRORROGAÇÃO 5.1 - O prazo previsto para a execução da obra, serviços e reforma do presente contrato iniciar-se a na data de **15/08/2017, e extinguindo-se em 14/10/2017**, podendo este prazo ser suspenso, interrompido ou prorrogado de comum acordo ou por interesse público, até o máximo permitido em lei.

5.2 - Deverão ser integralmente obedecidos os prazos parciais e totais previsto no Cronograma Físico-Financeiro, apresentado pela CONTRATADA.

5.3 - Durante a vigência deste, o prazo previsto para a execução da obra, poderá ser prorrogado, por solicitação da CONTRATADA e a critério do CONTRATANTE, se verificado e comprovado os seguintes motivos:

5.3.1 - Calamidade pública; 5.3.2 - Acidente na obra que avarie, temporariamente, alguma parte executada, uma vez provada que o acidente não decorreu de culpa da CONTRATADA;

5.3.3 - Chuvas copiosas e suas conseqüências; 5.3.4 - Ato ou fato oriundo da Administração do CONTRATANTE; 5.3.5 - Outros casos que se enquadrem no Código Civil da Lei Nº. 8.666/93.

5.4 - Nos casos previstos nos itens 5.3.1 a 5.3.5 do item anterior, a inevitabilidade do fato, a absoluta ausência da culpa da CONTRATADA, a relação direta de causa e efeito, entre o fato alegado e o atraso na execução dos serviços contratados, deverão ser comprovados, documentalmente, pela CONTRATADA, para apreciação preliminar pela Assessoria Jurídica do CONTRATANTE, e posterior decisão da autoridade competente.

5.4.1 - O requerimento da CONTRATADA, nos casos acima mencionados, deverá ser protocolado em prazo não superior a 03 (três) dias corridos da data do ato, fato ou evento alegado como causa do pedido de prorrogação. A comprovação de tempestividade do requerimento de que trata o assunto, deverá ser feito, através do recibo de protocolo do CONTRATANTE.

5.4.2 – Toda suspensão, interrupção ou prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pelo CONTRATANTE.

6.0 - CLÁUSULA





Estado de Mato Grosso Prefeitura Municipal de Nova Marilândia

SEXTA - DO ACRÉSCIMO OU SUPRESSÃO 6.1. Poderão ocorrer variações para mais ou para menos nas quantidades previstas para as obras, visando economia, ou solução técnica recomendável, ficando mantidos os preços unitários quaisquer que sejam estas variações em cada item, **até o limite de 25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial do contrato, atualizado consoante prevê o § 1º Inciso II, Artigo 65, Lei nº. 8.666/93.

6.2. O Acréscimo ou supressão no valor inicial do contrato será efetuado, mediante Ordem de Serviço especificada em aditamento contratual.

7.0 - CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS FINANCEIROS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 7.1 - As despesas decorrentes da execução das obras correrão à conta de recursos próprio do município e será empenhada na dotação orçamentária:

Secretaria Municipal de Infraestrutura

08.080.02.26.782.0011.1035.4.490.51 f 0130

8.0 - CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO 8.1 - O presente contrato poderá ser rescindido pelo CONTRATANTE, sem interpelação extrajudicial, sem que a CONTRATADA tenha direito a qualquer indenização quando:

8.1.1 - Não cumprir quaisquer das cláusulas contratuais especificações, projetos ou prazos.

8.1.2 - Cumprir irregularmente as cláusulas contratuais, especificações projetos e prazos.

8.1.3 - O atraso injustificado no início da obra.

8.1.4 - A paralisação da obra, sem justa causa e prévia comunicação ao CONTRATANTE.

8.1.5 - Houver subcontratação total ou parcial do objeto contratual, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem a prévia e a expressa anuência do CONTRATANTE.

8.1.6 - O desatendimento às determinações regulares do Engenheiro Fiscal, ou de seus superiores.

8.1.7 - O cometimento reiterado de faltas na execução deste contrato, devidamente consignado Diário de Obra.

8.1.8 - A decretação de falência do CONTRATANTE, ou a instauração de insolvência civil ou dissolução da Sociedade.

8.1.9. A alteração social ou modificação da finalidade ou de estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do contrato.

8.2. Os casos de rescisão previstos nos itens 8.1.1 a 8.1.9. Desta Cláusula, acarretarão as conseqüências previstas no Artigo 80, da Lei nº. 8.666/93, sem prejuízo das sanções previstas neste contrato.

8.3 - Havendo a rescisão do contrato sem que a CONTRATADA tenha dado causa, terá esta o direito de ser ressarcida dos prejuízos que este ato lhe causar.

8.3.1. Quando o CONTRATANTE, mediante ordem escrita, suspender a execução do contrato, por prazo superior a 150 (cento e cinquenta) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensão





Estado de Mato Grosso Prefeitura Municipal de Nova Marilândia

que totalizem o mesmo prazo, sendo facultado à CONTRATADA optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação.

8.4. O presente contrato poderá ainda, ser rescindida, por mútuo acordo, atendida a conveniência da CONTRATANTE, mediante documento expresso e fundamentado desta, tendo a CONTRATADA direito de receber o valor dos serviços executados, constante de medição rescisória.

8.5. O CONTRATANTE reserva-se o direito de no caso do não cumprimento do contrato a contento, transferi-lo à segunda colocada no processo licitatório, sem que à CONTRATADA caiba qualquer recurso judicial ou extrajudicial.

8.6 - É direito da administração, no caso de rescisão, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei nº. 8.666/93.

9.0 - CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES E PENALIDADES

9.1 - Pela inexecução total ou parcial do contrato, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes sanções a juízo do CONTRATANTE, garantido o contraditório e a ampla defesa:

9.1.1 - Advertência; 9.1.2 - Multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no início ou na conclusão da obra; 9.1.3 - Suspensão do direito de contratar com o Município de Nova Marilândia, na administração direta ou indireta, pelo prazo de 02 (dois) anos.

9.2 - A multa de que trata o item 9.1.2, não exime a reparação de danos, nem impede a aplicação de outras sanções legais previstas.

9.3 - A desistência da CONTRATADA de executar a obra acarretará para a mesma a Multa de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

9.4 - As multas aplicadas nos termos destas cláusulas serão em primeiro lugar descontadas dos créditos da CONTRATADA, e, não havendo créditos, serão pagas na Tesouraria do Município, em 05 (cinco) dias.

9.5 - O não pagamento no prazo estipulado implicará na inscrição em dívida ativa e cobrança judicial.

10.0 - CLÁUSULA DÉCIMA - GENERALIDADES

10.1. O contrato não poderá ser transferido ou cedido a terceiros, no todo ou em parte, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE.

10.2. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA os danos que causar a terceiros respondendo unilateralmente em toda a sua plenitude pelos mesmos.

10.3. Para solução dos casos omissos, aplica-se a Lei de Licitação e subsidiariamente as normas do Código Civil Brasileiro.

10.4. É parte integrante do presente contrato:

10.4.1. - Proposta de Preços da CONTRATADA. 10.5 - As partes declaram-se vinculadas ao edital da carta convite nº. 004/2017, bem como à proposta da adjudicatária.

11.0- CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA LICITAÇÃO





Estado de Mato Grosso Prefeitura Municipal de Nova Marilândia

11.1 – Para celebração do presente Contrato foi instaurado procedimento licitatório na modalidade **carta convite n.º 004/2017**, a qual o CONTRATANTE e a CONTRATADA encontram-se vinculadas ao seu edital e a proposta da adjudicatária.

12.0 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO 12.1– O acompanhamento, fiscalização, orientação pertinentes ao contrato, serão exercidos pelo CONTRATANTE através do fiscal de contrato nomeada através de portaria pelo prefeito, que receberá uma cópia do presente CONTRATO.

130 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO 13.1. Elege-se o Foro da Comarca de Arenópolis - MT, para dirimir todas as questões inerentes deste contrato, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E por estarem assim justas combinadas e contratadas, assinam este instrumento às partes, por seus representantes, na presença das testemunhas abaixo, a tudo presente.
CERTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Nova Marilândia - MT, 15 de agosto de 2017.

MUNICIPIO DE NOVA MARILÂNDIA
CONTRATANTE- JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA- Prefeito Municipal

JM MINERADORA E CONSTRUTORA LTDA - ME
CONTRATADA

Testemunhas:

SAMARA LOIDE SILVA CAMPOS
CPF: 046.470.371-93

ANGÉLICA DALFIOR DE O. LEITE
CPF: 009.997.571-80





Estado de Mato Grosso
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia

ORDEM DE SERVIÇO

CONTRATO N° 038/2017

CONVITE N° 004/2017

CONTRATADO: JM MINERADORA LTDA - ME

CNPJ: 10.428.032/0001-46

ENDEREÇO: Rua 401, Setor 04, Quadra 130 Tijucal Cuiabá - MT, CEP 78.088-417

O Sr. – **JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA**, Prefeito Municipal de Nova Marilândia-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, em conformidade com o contrato acima citado, determina ao contratado que inicie imediatamente, na data da expedição desta Ordem de Serviço, a **CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS NA REFORMA DE PONTE DE MADEIRA SOBRE O RIO SÃO FRANCISCO DE PAULA, RIO SUCURI E DRENAGEM PARA TRANSPOSIÇÃO DE TALVEGUES NO ASSENTAMENTO POMPEIA (BUEIRO SIMPLES TUBULAR DE CONCRETO DN=1.00m) NO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA - MT.**

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

NOVA MARILÂNDIA - MT, 15 DE AGOSTO DE 2017.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

Recebi em ____/____/2017.

